

O  
PARAHYBANO

13 DE DEZEMBRO  
DE 1892

# O PARAHYBANO

DIARIO POLITICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

Redactores principaes: Eugenio Toscano e Arthur Achilles

Anno I

REDACCAO E TYPOGRAPHIA

RUA DA MISERICORDIA N. 9 A

Avulso do dia..... 60 rs.  
Do dia anterior..... 100 rs.

PARAHYBA DO NORTE

TERÇA-FEIRA 13 DE DEZEMBRO DE 1892

ASSIGNATURAS

CAPITAL.—Por tres mezes..... 38000  
INTERIOR E ESTADOS—Anno..... 148000  
Sem... 88000—Trim... 48000

N. 232

## Successos no Rio Grande

Sobre a apormalidade desse estado e os excessos e violências praticados pelo governo em nome da legalidade, continúa a occupar-se o *Jornal do Commercio* e delle fazemos a transcripção que segue e para a qual chamamos a attenção de nossos leitores.

«O *Diario Official*, saindo hontem da reserva a que ha tempos se recolhera, voltou ás declarações entretidas sobre noticias dadas em jornaes. Principiou pela simples narração do que nos contou o sr. Praxedes Antonio da Silva, residente em Porto-Alegre, e ora refugiado nesta capital, para livrar-se de nova sova de bolo na cadeia daquelle cidade.

Diz a folha official, com a gravidade e a lealdade devidas ao seu caracter de órgão do poder publico, que pelas informações prestadas ao sr. ministro da justiça pelo governador do Rio Grande do Sul, não foi desacatado e muito menos maltratado no acto de prisão nem os oito dias que esteve na cadeia civil o referido sr. Praxedes.

Felicitasse o sr. governador, em exercicio, do Rio Grande do Sul a policia do Rio de Janeiro, que estamos certos não passariam de sonho de reporter nevolico as palmatoadas que ha dias coarção na nossa 3ª estação policial.

Ora, como todo sonho é mentira, o *Diario Official* na fé que lhe mereceu tão honrada, imparcial e tolerante autoridade, acrescentou por sua propria conta que carecem pois de fundamento as noticias publicadas por jornal desta capital a respeito de taes factos, que cumpre notar, também não constão de nenhum dos jornaes do estado do Rio Grande. Lá isso é verdade; nenhum jornal do Rio Grande do Sul deu noticia das palmatoadas que apanhou o sr. Praxedes e da facha de ponta que fê-lo gritar—viva o dr. Castilhos!

Esse trecho do *Diario Official* vale o que pesa sobre as nossas consciencias.

Até por nossa voz podemos acrescentar que nenhum dos individuos implicados nos factos de que se queixa e de que sedoeu o sr. Praxedes, deu-lhe certidão, quer negativa, quer affirmativa dos «bolos» que elle só pôde vir nesta capital. Procurasse aduba-los em Porto Alegre, na imprensa ou fora della e que lá o porão em estado de não se queixar a ninguém, nem mesmo ao sr. ministro da justiça.

O meio de conhecer da verdade quanto ao attentado soffrido pelo sr. Praxedes foi mal aconselhado ao sr. ministro da justiça. A não ser o caso da 3ª estação policial daqui em que o mandante das palmatoadas com coragem do Achilles, diz: «fui eu»—é caso muito raro que um heróe do façanhas taes se accuse a si mesmo.

O sr. ministro da justiça perguntou por telegramma ao governador Abbott se o cidadão Praxedes Antonio da Silva havia sido espancado a palmatoria na cadeia civil de Porto-Alegre e o sr. governador Abbott com toda a sua tranqullidade de consciencia e do espirito amigo da verdade, respondeu immediatamente por outro telegramma:

«Não é exacto. Praxedes não foi maltratado, nem desacatado na cadeia».

Com um pouco mais de esmero levava, mas sabendo que o sr. Hauesel era um malvado, que foi morto por ter atacado

osinho a uma força policial devidamente municiada e que os filhos do coronel Facundo morrerão pela acção perversa de se collocarem nas bocas das espiúgardas dos quarenta homens do commandante da brigada policial sómente para comprometter o tolerante, honrado e paternal governo do Rio Grande do Sul.

Officialmente o governador desse estado pôde até provar que o sr. Praxedes souhou a «sôva policial» a facha de ponta e fez por si mesmo os estygnas que traz nas mãos por má fadole partidária e no intento damnado de calumniar a boa reputação da justiça e de amor á lei do governador Abbott?

A affirmativa do «*Diario Official*» é tão categorica que nos torna perplexos entre a sua palavra e a palavra do sr. governador Abbott e a palavra do sr. Praxedes Antonio da Silva que no fim de contas não passa de um cidadão brasileiro.

Querimento 2º  
—Escreve-nos distincto rio-grandense residente entre nós:

«O «*Diario Official*», baseado na informação prestada pelo governador ou presidente do Rio Grande ao ministro da justiça, desmente a noticia dada pelo «*Jornal do Sul*» de ter sido espancado barbaramente na cadeia de Porto Alegre o cidadão Praxedes Antonio da Silva, que se acha na capital.

Se o governador não negasse o facto confessaria o crime, é portanto, natural a sua informação.

A circumstancia de não terem os jornaes de Porto Alegre noticiado o facto, como allega, nada prova.

Existe ali só o «*Jornal do Commercio*» que é imparcial; os demais que poderiam noticiar o facto suspenderão a publicação mas este jornal não ousaria publicá-lo porque sabe a sorte que o aguardaria. O redactor do «*Mercantil*», da mesma cidade, Daniel Job, por ter dado noticias desagradaveis ao governo foi preso, conduzido a palacio e ali apanhado de ter a sorte de Praxedes. O redactor da «*Tribuna Federal*», de Pelotas, acaba de ser preso segundo telegramma do «*Jornal*», por motivo identico. O cidadão Praxedes ainda mostra os signaes das sevicias que recebeu.

Tres cidadãos que foram para aqui deportados, presos e levados a palacio a presença do governador, este ameaçou-os de torturas corporaes por não «sabermos» dizer onde se achava o dr. Barros Cassal.

Ora, quando no palacio é que se «decretão» as medidas de terror, não ha de o governador confessá-las.

Muito acertadamente censurou o nosso collega do *Estado* o truncamento que o sr. decal dos exames faz as folhas diarias das listas do resultado dos mesmos exames, que não ao menos é publicado no «*Correio Official*».

E com effeito isto mais um monopólio e travado nesta infeliz terra!

Então, levava para a casa o teu farnelinho de festas, heim?

—E vou as carreiras antes que encontre o José Neves.

Tres cousas velhas:

O sr. Baltar continúa na chefatura da policia;

O sr. Moreira Lima apanhou com os pas puros;

O sr. Alvaro Maciel não resolveu se macha a pagar-mos ou com baguetes.

## Itabaianua

D'esta importante cidade recebemos hontem, por via Pilar, o seguinte despacho telegraphico:

«Redacção «Parahybano».

Capitão Paiva, aconselhado promotor Trindade, violou hoje casa Christovão Santiago, arrancando portas, alarmando familia. Inaudito!

Silveira Carvalho.

Tanto quanto nos permite o laconismo d'esse recado, somos forçados a crer que em Itabaianua, como em todo o Estado, não regem leis, e conseguintemente a liberdade, honra e vida do cidadão estão em perigo.

Ignoramos o facto a que se prende o procedimento do capitão Paiva, que segundo parece é o sr. José Rodrigues de Paiva, visitando o lar privado de um cidadão que se bem que não tenha em seu favor as garantias constitucionaes do nosso pacto politico que, certo é, existe somente na letra da lei, todavia vive em sociedade policiada e merece que a seu respeito se observe o acatamento que, de homem a homem, todos nós, os que nos dizemos civilizados, temos o dever natural de exigir.

Ainda que o sr. capitão Paiva exercesse alguma autoridade—nós desconhecemos inteiramente os prepostos locais do sr. Antonio Baltar—devia saber que lhe era defeso attentar contra o secego de qualquer dos seus concidadãos invadindo-lhe o recesso privado do lar e equiparando-se a qualquer horda de bandidos com o deitar por terra as portas de uma residencia.

Assim praticando, incorreo na sancção do cod. crim. e deve sujeitar-se as consequencias de seu crime que de modo algum fica atenuado com os máos conselhos de um promotor publico, cujo desassissamento, segundo os termos do telegramma acima, levou o a uma cumplicidade que o colloca fóra da consideração social, na qualidade de um representante da justiça.

O facto de que ora temos noticia não hesita em sacrificar a propria justiça.

nos termos convencionaes de um recado telegraphico é de uma gravidade indissolvel, e para elle chamaríamos a attenção dos poderes publicos se n'esta capital houvesse algum poder publico capaz de penetrar-se dos altos encargos sociais e não, pelo contrario, affeito a praticas criminosas, como a de que foi victima «O Parahybano», pela ninharia de não achar nada de gradavel nas physionomias calaveras dos srs. Alvaro Lopes Ma-

chado e Antonio Ferreira Balhar.

Limitamo-nos e esses ligeiros reparos que ali ficam, aguardando detalhes minuciosos do occorrido em Itabaianua a cujos habitantes apensas ponderaremos que—ou resignem-se aos desmandos e demazias do poder, ou contraponham-lhe aos attentados os meios energicos a que é licito lançar mão para a produção de uma legitima defesa.

Não podemos absolutamente fugir ao pendor hediondo da actual situação de miseria.

A 30 do mez findo foi o sr. vice-presidente da Republica fazer uma visita ao marechal Visconde de Pelotas que manifestando por essa occasião o desejo que tinha de ir buscar a sua exm. familia no Rio Grande do Sul, o sr. vice-presidente o animou a fazê-lo, assegurando-lhe que nada soffreria com isto.

Commentando essa visita, escreveu o «*Jornal do Commercio*»:

«Foi este um testemunho muito eloquente não só do desejo do sr. vice-presidente de manter a paz no Rio Grande do Sul, mas também do respeito e veneração que merecem de todos os brasileiros os eminentes serviços prestados á patria pelo benemerito «General Camra».

Se esta visita ao sr. marechal Visconde de Pelotas marca o inicio de uma politica federal que se conforme com os mais rudimentares deveres constitucionaes, só temos que elogiar este gracioso cumprimento feito ao velho militar que conta 53 annos de bons serviços á patria.

Não temos a menor sympathia com os parlamentaristas,—sobretudo porque a constituição decretou a Republica que chamão presidencial e entenderíamos, ainda que fossemos parlamentaristas, que se deveria fazer um ensaio franco, sincero e leal do que ficou estatuido na constituição. Mas também não podemos admittir que se considere o cidadão brasileiro como inimigo da patria porque entende que o presidente deveria governar sob a responsabilidade de ministros. Semelhante declaração, feita officialmente pela primeira autoridade do paiz só revela a falta de preparo politico e constitucional no vice-presidente, aliás dotado das melhores intenções de manter a lei.»

No Recife acaba de romper com o governo do sr. Barbosa Lima, o coronel Luiz A. Coelho Cintra, que divergiu do seu partido, o republicano, quando este separou-se doquelle governador.

O motivo do rompimento foi a chapla apresentada para senadores e deputados federaes e com a qual não concordou aquelle coronel que é tio do sr. Barbosa Lima.

Noticia o *Jornal do Commercio* que o sr. ministro interino da fazenda conferenciara longamente em sua residencia com o conselheiro Mayrink que impressionara muito aquelle ministro pela franqueza com que lhe fallara.

A crise politica e economica, que atravessa o paiz, é com effeito de impressionar mesmo os descuidados ministros do sr. vice-presidente da republica; e elles, já que parecem ter os olhos fechados, precisam de homens que lhes fallem sebrutado com muita franqueza, fazendo-lhes ver que o caminho não está juncado de flores.

Tres annos são decorridos depois da proclamação da republica e o tempo de mostrar a excellencia deste regimen sobre o decahido, pois esses tres annos de lutas, de misérias e de desasosco publicos, tendo o governo confiscado ao povo todas as suas liberdades e dado-lhe em troca a carestia da vida que vae tornando-se impossivel para classes proletarias, já vão muito longos...

Não é nos bailes offerecidos no palacete de Itamaraty nem nos telegrammas mentirosos que lhe dirigem os governadores dos Estados, que o sr. marechal Floriano deve ler a *buena-dicha* do que vae pelo paiz, pois por ali só poderá ver-se, exc. que tudo anda perfeitamente bem e que o povo, de tão satisfeito e feliz, só falta levantar-lhe altares e aos seus prepostos nas satrapias em que a revolução de 15 de novembro dividiu o paiz.

A apprehensão pelos resultados do actual estado das cousas é a nota predominante no espirito nacional que, por fas ou por nefas olha para o sr. vice-presidente da republica esperando delle a salvação.

A proposito ainda disto escreveu conciliada folha fluminense, *O Tempo*, cuja adhesão ao governo, se não é incondicional, é sincera:

«Dizia-se que as festas do dia 23, assegurando a confiança e estima popular ao governo do marechal Floriano Peixoto, abriam novos horizontes á politica que parecia a muitos um tanto presa em circulo estreito de influencias pessoais.

Se assim foi, o effeito não deve ser duvidoso: o marechal recebeu valiosas provas de estima e confiança, que não tiveram simplesmente um caracter pessoal; foram dirigidas ao homem de governo, de quem a nação espera todas as garantias da paz e felicidade, pelo respeito á lei e esforços de bem servir a liberdade.

Quanto a isto não ha duvida, as provas foram bem significativas. Virá dali, porém, a nova politica, como presumiam os que ainda nutrem desejos de uma alteração no conjuncto que nos habituamos a chamar—governo do marechal Floriano Peixoto?

Consideradas as festas com essa significação, inluiriam no animo do presidente da republica de sorte a levá-lo a modificar o pessoal que o cerca na qualidade de ministros?

Com valor politico, difficilmente se poderá verificar que orientação nova ellas trouxeram.

E' bem possivel, entretanto, que o presidente da republica, certo da confiança nacional, julgue-se mais forte para ter uma politica resoluta na organização do paiz.

Se assim for, muito ganhará com isto a administração publica.»







